

damente autenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer às posturas municipais aplicáveis ao serviço de concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como transmitir e receber, nos dias e horas determinados, o programa nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de três (3) meses, a contar da data do registro do contrato pelo Tribunal de Contas, à aprovação do Governo o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) meses a contar da mesma data de que trata a alínea anterior, à aprovação do Governo, as plantas, orgânicos e todas as especificações técnicas das instalações, inclusive a relação minuciosa de material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) anos, a contar da data da aprovação de que trata a alínea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se à ressalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela;

n) submeter-se à ressalva de que a frequência distribuída à sociedade não constituirá direito de propriedade, e ficará sujeita às regras estabelecidas no regulamento dos serviços de rádio-comunicação (Decreto n.º 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assunto, incidindo sempre sobre essa frequência o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituídos nas convenções e regulamentos internacionais, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço da concessão.

IV

A concessionária não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a eficiência necessária e de acordo com as prescrições técnicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

V

No regime de fiscalização que for instituído fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar como melhor lhe aprouver, os livros, escrituração e tudo que se tornar necessário a essa fiscalização.

VI

Pela inobservância de qualquer das presentes cláusulas, em que não esteja prevista a imediata caducidade da concessão, o Governo poderá pelo órgão fiscalizador, impor à concessionária multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) conforme a gravidade da infração.

Parágrafo único. A importância de qualquer multa será recolhida à Tesouraria do Departamento dos Correios e Telégrafos, dentro do prazo improrrogável de trinta (30) dias a contar da data da notificação feita diretamente à concessionária ou da publicação do ato no Diário Oficial.

VII

Em qualquer tempo, são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade pública e requisições militares.

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indenização:

a) se, em todo o tempo, for verificada, inobservância das disposições contidas nas alíneas d, b, c, d, e (in fine), f, k e l da cláusula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos a quota e contribuições à que se refere a alínea e da cláusula III bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da cláusula VI;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins, que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a matéria;

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo, sem direito a qualquer indenização;

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionária para executar o serviço salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionária incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1945. — Mauricio Joppert da Silva.
(N.º 14.088 — 11-12-45 — Cr\$ 306,00).

(*) DECRETO N.º 20.029 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre Tabelas Numéricas de Pessoal do Instituto Nacional do Pinho.

(Publicado no Diário Oficial de 6 de dezembro de 1945 — Seção I)

RETIFICAÇÃO

Página 18.312

Situação proposta

Onde se lê:

1	Diretor do Departamento de Economia Florestal	3.000,00	—
2	Assistente da Presidência	2.800,00	—
1	Inspeção Geral	2.800,00	—
1	Assistente do Secretário Geral	2.800,00	—
1	Chefe do Serviço Administrativo do Departamento de Economia Florestal	2.600,00	—
1	Contador Geral	2.500,00	—
4	Inspeção Regional	2.500,00	—
4	Silvicultor Regional	2.500,00	—

Leia-se:

1	Diretor do Departamento de Economia Florestal	3.000,00	—
2	Assistente da Presidência	2.800,00	—
1	Inspeção Geral	2.800,00	—
1	Assistente do Secretário Geral	2.600,00	—
1	Chefe do Serviço Administrativo do Departamento de Economia Florestal	2.500,00	—
1	Contador Geral	2.500,00	—
4	Inspeção Regional	2.500,00	—
4	Silvicultor Regional	2.500,00	—

(*) Retificado por ter saído com erro de revisão.

DECRETO N.º 20.138 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Concede à Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova seus estatutos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a funcionar em operações de seguros e resseguros dos ramos elementares, a que se refere o art. 40, n.º 1, do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com sede na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e constituída pela escritura pública lavrada em notas do 4.º tabelião daquela cidade, a 6 de setembro do corrente ano, bem como ficam aprovados os estatutos adotados pelos subscritores do seu capital e constantes da referida escritura.

Art. 2.º A sociedade ficará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que vierem a vigorar, sobre o objeto da autorização de que trata o presente decreto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1945, 124.ª da Independência e 37.ª da República.

JOSÉ LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

Escritura de constituição de sociedade anônima. — Cr\$ 2.000.000,00.

Saibam quantos esta virem que aos seis dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e cinco, nesta cidade de São Paulo, em meu cartório, perante mim tabelião, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: como outorgantes e reciprocamente outorgados — José Alfredo de Almeida, casado, maior comerciante, residente na rua Bahia n.º 381; Dr. José da Cunha Júnior, casado, maior, banqueiro, residente na rua Novo Horizonte n.º 311, neste ato representado por seu procurador Sr. Amador Aguiar, nos termos da procuração de notas do 1.º Tabelião de Marília, Livro 93, fls. 82, de 4 de setembro de 1945, a qual me foi exibida e fica registrada e arquivada neste cartório; José Andrade de Sousa, casado, maior, comerciante residente na rua Paissandu n.º 73, apartamento 16; Amador Aguiar, casado, maior, banqueiro, residente na rua Bahia n.º 381; Carlos Murano, casado, maior, comerciante, residente na Avenida Rodrigues Alves n.º 593; Antônio Calandriello, casado, maior, funcionário público, residente na Praça Marechal Deodoro n.º 146; Mário Murano, casado, maior, comerciante, residente na Avenida Acimação número 809; Horácio José Guerra, casado, maior, funcionário público, residente na rua Salvador Correia número 166; e Décio Calvoso de Abreu, casado, maior, comerciante, residente na Praça Marechal Deodoro n.º 166, apartamento 2, todos brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, do que dou fé. — E, perante as mesmas testemunhas, disseram todos os outorgantes e reciprocamente outorgados, de comum acordo:

1.º que ajustaram e, pela presente e melhor forma de direito, tornam efetiva a constituição de uma

sociedade anônima ou por ações, com sede nesta Capital, sob a denominação de "Porto Seguro" Companhia de Seguros Gerais, tendo por objeto a exploração das operações de seguros e resseguros dos ramos elementares, isto é, os que tenham por fim garantir perdas e danos ou responsabilidades provenientes de riscos de fogo; transportes, acidentes pessoais, responsabilidade civil, automóveis, roubos e outros eventos que possam afetar pessoas ou coisas, podendo também exercer a administração de bens;

2.º que o capital social é de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), dividido em duas mil (2.000) ações ordinárias nominativas do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma;


3.º que o referido capital foi integralmente subscrito por eles outorgantes e reciprocamente outorgados, pelo modo seguinte: José Alfredo de Almeida, setecentas e sessenta ações, no valor total de setecentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 760.000,00); José da Cunha Júnior, quinhentas ações, no valor total de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00); José Andrade de Sousa, cem ações no valor total de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00); Amador Aguiar, quinhentas ações no valor total de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00); Carlos Murano, cinquenta ações, no valor total de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00); Antônio Calandriello, cinquenta ações, no valor total de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00); Mário Murano, vinte ações, no valor total de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00); Horácio José Guerra, dez ações, no valor total de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00); e Décio Calvoso de Abreu, dez ações, no valor total de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), perfazendo, tudo duas mil ações ou dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00);

4.º que, do referido capital foram realizados em dinheiro, por eles outorgantes e reciprocamente outorgados, proporcionalmente ao número de ações, que respectivamente subscreveram, vinte por cento (20%) na importância de quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 400.000,00), tendo sido o depósito dessa importância efetuado no Banco do Brasil S. A., nesta Capital, conforme o documento adiante transcrito, e os restantes oitenta por cento (80%) serão realizados de acordo com os estatutos; cinquenta e cinco por cento (55%) dentro de trinta dias após a publicação do decreto que autorizar o funcionamento da Sociedade e os vinte e cinco por cento (25%) restantes dentro de dois anos, da data acima referida, quando reclamados pela Diretoria, ou quando e pela forma exigida pelo Governo; 5.º que a Sociedade se regulará pelos seguintes estatutos por eles outorgantes e reciprocamente outorgados unanimemente aprovados: "Estatutos da "Porto Seguro" Cia. de Seguros Gerais. — Capítulo I — Denominação, sede, objeto e duração. — Art. 1.º — Sob a denominação de "Porto Seguro" — Companhia de Seguros Gerais, fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá pelos presentes Estatutos e pela legislação vigente. — Art. 2.º — A Sociedade terá sua sede na cidade de São Paulo, Capital do Estado do mesmo nome, da República dos Estados Unidos do Brasil, podendo criar agências, sucursais e filiais em qualquer localidade do país. — Art. 3.º — A Sociedade tem por objeto a exploração

Casa Civil / PR / Imprensa Nacional

*Esta reprodução do Diário Oficial e/ou Diário da Justiça
e/ou Coleção das Leis da República Federativa do Brasil
confere com o original.*

Biblioteca Machado de Assis, 25 / 7 / 2002


Carlos Alberto Raymundo Simões-Matr. 442235

ção das operações de seguros e resseguros dos ramos elementares, isto é, dos que têm por fim garantir perdas e danos ou responsabilidades provenientes de fogo, transporte, acidentes pessoais, responsabilidade civil, automóveis, roubos e outros eventos que possam ocorrer, afetando pessoas ou coisas, podendo exercer a administração dos bens. — Art. 4.º — O prazo de sua duração é de trinta (30) anos, a contar da data do decreto que autorizar o seu funcionamento e prorrogável por deliberação da assembleia geral, mediante aprovação do Governo. — Capítulo II — Capital. — Art. 5.º — O capital social é de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00). — Esse capital será dividido em duas mil ações ordinárias nominativas e do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), cada uma e subscritas por cidadãos brasileiros. — Dito capital será integralizado da maneira seguinte: vinte por cento (20%) no ato da subscrição; cinquenta e cinco por cento (55%) dentro de trinta dias após a publicação do decreto que autorizar o funcionamento da Sociedade e os vinte e cinco por cento (25%) restantes dentro de dois anos da data acima referida, quando reclamado pela Diretoria, ou quando e pela forma exigida pelo Governo. — Art. 6.º — As ações não poderão pertencer senão a pessoas físicas de nacionalidade brasileira, observadas as restrições legais. — Parágrafo único: — No caso de aumento de capital os acionistas terão preferência para a subscrição na proporção das ações que possuírem. — Capítulo III — Diretoria. — Art. 7.º A Diretoria é composta de três (3) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Superintendente, e eleita pela assembleia geral, entre os acionistas residentes no país, pelo prazo de seis (6) anos, sendo permitida a reeleição. — Art. 8.º — Como garantia de sua responsabilidade, cada diretor, efetivo ou provisório, caucionará vinte (20) ações da Sociedade, não podendo garantir a caução antes de deixar o cargo e de aprovadas as suas contas pela assembleia geral. — Parágrafo único: — A investidura dos membros da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado no "Livro de Atas" das reuniões da Diretoria. — Art. 9.º — O presidente será abonado um vencimento mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), ao vice-presidente um vencimento mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) e ao Superintendente o vencimento mensal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros). — Parágrafo único: — Os diretores receberão ainda a gratificação a que se refere o art. 26.º, letra "e". — Art. 10.º — Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Sociedade; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar direitos, contrair obrigações, adquirir vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) deliberar sobre a criação ou extinção de agências, filiais ou representações da Sociedade no País, bem como sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas. § 1.º — Os documentos relativos aos atos de atribuições da Diretoria que importam em obrigações para a Sociedade, serão assinados por dois diretores, exceto as apólices de seguro que serão assinadas por qualquer dos diretores. — § 2.º — A representação da Sociedade, perante a repartição fiscalizadora de suas operações, caberá a qualquer dos diretores. — § 3.º — As deliberações da Diretoria

constarão de atas lavradas no livro próprio. Artigo 11 — Ao diretor-presidente compete: a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; b) assinar juntamente com outro diretor as ações da Sociedade; c) instalar as assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, de acordo com as prescrições legais; d) executar, dentro das suas atribuições, os presentes estatutos, as deliberações da Diretoria e as das assembleias gerais; e) representar a sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente sem prejuízo do disposto no § 2.º do artigo anterior; f) substituir o diretor-superintendente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários até trinta (30) dias, acumulando as funções. Artigo 12 — Ao diretor vice-presidente compete: a) tomar parte nas reuniões da Diretoria, para discutir e votar os assuntos que lhe sejam sujeitos; b) substituir o diretor-presidente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, até trinta (30) dias, acumulando as funções; c) assinar com outro diretor as ações da Sociedade. Artigo 13 — Ao diretor superintendente cabe a gerência dos serviços da Sociedade, inclusive: a) prover os cargos criados pela Diretoria, nomear e demitir os funcionários e representantes, fixando-lhes os vencimentos; b) ter sob sua guarda os arquivos da Sociedade; c) superintender a arrecadação da receita e ter sob a sua guarda e responsabilidade o numerário em caixa valores e títulos da Sociedade; d) assinar, juntamente com outro diretor as ações da Sociedade; e) substituir o diretor vice-presidente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, até trinta (30) dias, acumulando as funções. Artigo 14 — No caso de vaga no cargo de diretor, os restantes nomearão um substituto, que servirá até a primeira assembleia geral, à qual caberá deliberar sobre o provimento efetivo até a terminação do mandato. Parágrafo único: — No caso de impedimento de qualquer dos diretores por mais de trinta (30) dias os restantes escolherão um substituto provisório. Capítulo IV — Conselho Fiscal — Artigo 15 — O Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e de igual número de suplentes, eleitos, anualmente pela assembleia geral ordinária entre os acionistas ou não residentes no país, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. Artigo 16 — Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela assembleia geral que os eleger. Artigo 17 — Os suplentes substituirão os membros efetivos do Conselho Fiscal por ordem de votação, e no caso de igualdade desta, o desempate será sucessivamente pela posse de maior número de ações ou pela idade mais elevada, salvo no caso de membro efetivo eleito pela minoria dissidente, o qual será substituído pelo respectivo suplente. Capítulo V — Assembleia Geral — Artigo 18 — A assembleia geral ordinária reunir-se-á anualmente até o dia trinta e um (31) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. Parágrafo único: — O presidente da assembleia convidará dois dos acionistas presentes para secretários da mesa, distribuindo os trabalhos entre eles. Artigo 19 — As assembleias gerais extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legal e regularmente convocadas, constituindo-se a mesa pela forma prescrita no artigo anterior. — Artigo 20 — Os anúncios de primeira convocação das assembleias serão publicados pelo menos três vezes no jornal oficial da sede da Sociedade e em outro de gran-

de circulação também da sede, com antecedência mínima de quinze (15) dias, para as reuniões das assembleias ordinárias e de oito (8) para as extraordinárias. — Parágrafo único: — As demais convocações das assembleias gerais processar-se-ão pela forma prevista neste artigo, com a antecedência de cinco (5) dias. — Artigo 21 — Uma vez convocada a assembleia geral ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a assembleia ou fique sem efeito a convocação. — Artigo 22 — As deliberações das assembleias serão sempre tomadas por maioria absoluta de votos. Parágrafo único: — A cada ação corresponde um voto. — Artigo 23 — Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação. — Artigo 24 — Os acionistas poderão fazer-se representar nas reuniões das assembleias gerais por mandatários que sejam acionistas e que não pertençam a órgãos de administração ou do Conselho Fiscal. — Artigo 25 — Para que possam comparecer às assembleias gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão entrega dos respectivos documentos comprobatórios, na sede da Sociedade, até a véspera das reuniões. — Capítulo VI — Lucros — Artigo 26 — Os lucros líquidos que se verificarem anualmente depois de deduzidas as reservas exigidas pela legislação de seguros e de formação independente de lucro, serão distribuídos pela seguinte forma: a) — cinco por cento (5%) para constituição do fundo de reserva legal, destinado a garantir a integridade do capital até que o mesmo atinja vinte por cento (20%) daquele capital; b) — o exigido em lei para constituição do fundo de garantia de retrocessões; c) — o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, por determinação da assembleia geral, mediante proposta da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal; d) — dois por cento (2%) para o fundo de resgate das partes beneficiárias; e) — vinte e um por cento (21%) para serem distribuídos aos diretores efetivos, em partes iguais, não lhes cabendo, porém, percentagem alguma sempre que se não distribua aos acionistas um dividendo de, pelo menos, seis por cento ao ano (6%). — Do saldo serão retirados: f) — quinze por cento (15%) para reserva de previdência destinada a suprir possíveis deficiências das reservas exigidas pela legislação de seguros; g) — cinco por cento (5%) para a reserva suplementar destinada a atender a eventuais prejuízos e amortizar verbas do ativo; h) oito por cento (8%) — para atribuição às partes beneficiárias de que trata o artigo 27 e sua consequente distribuição aos respectivos possuidores; i) — quinze por cento (15%) para serem distribuídos aos empregados a Juízo da Diretoria, não sendo, porém, distribuída percentagem alguma sempre que se não distribua aos acionistas um dividendo de, pelo menos, seis por cento (6%) ao ano; j) — o restante será levado ao Fundo de Bonificação aos acionistas, a ser distribuído conforme deliberar a assembleia geral. — Parágrafo único: — Reverterão a favor da Sociedade e serão levados ao crédito da conta de lucros e perdas os dividendos prescritos na forma da lei.

— Capítulo VII — Partes beneficiárias. — Artigo 27 — A Sociedade emitirá dentro de sessenta (60) dias após estar funcionando legalmente, seis (6) partes beneficiárias, representadas por títulos nominativos, que serão entregues, independentemente de pagamento, às pessoas designadas no artigo 31 destes estatutos, como remuneração dos serviços prestados à Sociedade. Artigo 28. — Transcorridos dez (10) anos do início do funcionamento da Sociedade, serão resgatadas as partes beneficiárias. — Parágrafo único: — O valor do resgate de cada parte beneficiária será o quociente da divisão do fundo de resgate das partes beneficiárias pelo número delas. — Artigo 29. — As partes beneficiárias serão títulos nominativos e não poderão ser transferidas senão a pessoas físicas de nacionalidade brasileira. Capítulo VIII — Disposições gerais. Artigo 30. — O exercício financeiro da Sociedade compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro. Artigo 31. — Na conformidade do disposto no artigo 27 destes estatutos, duas das partes beneficiárias serão entregues ao Sr. José Alfredo de Almeida, duas ao Sr. Dr. José da Cunha Júnior e duas ao Sr. José Andrade de Sousa, incorporadores da Sociedade. Artigo 32. A primeira Diretoria terminará o seu mandato com a assembleia geral ordinária a realizar-se no ano de 1951 e o primeiro Conselho Fiscal com a assembleia geral ordinária a realizar-se em 1946. São Paulo, 27 de agosto de 1945. — José Alfredo de Almeida. — José da Cunha Júnior. — José Andrade de Sousa. — Amador Aguiar. — Carlos Murano. — Antônio Calandriello. — Mário Murano. — Horácio José Guerra. — Décio Calvo de Abreu. (6.º) — Que estando assim cumpridas todas as formalidades legais, eles outorgantes e reciprocamente cõrregados declaram como é de sua expressa vontade, constituída a aludida Sociedade "Porto Seguro" — Companhia de Seguros Gerais e nomeiam para a primeira diretoria os seguintes acionistas: — para o cargo de Diretor-Presidente: José Alfredo de Almeida; para o cargo de Diretor-Vice-Presidente: Doutor José da Cunha Júnior e para o cargo de Diretor-Superintendente: José Andrade de Sousa e para membros do Conselho Fiscal, efetivos, os cidadãos: Mauro de Almeida Rodrigues, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua Álvares Penteado número 180, 7.º andar, nesta Capital; José Ferraz do Amaral, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua 3 de dezembro n.º 33 e Luís Siqueira, brasileiro, casado, bancário, residente na Rua Álvares Penteado número 180 e para suplentes os seguintes, que são subscritores e acionistas da Sociedade: Mário Murano, Amador Aguiar e Carlos Murano, cujos qualificativos foram a princípio indicados; 7.º) — que, pela presente dão por empossadas sua primeira Diretoria e seu primeiro Conselho Fiscal e Suplentes, devendo os diretores fazer a caução mencionada nos estatutos sociais; 8.º) — que é fixada a remuneração de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) para o período do mandato dos membros efetivos e em exercício do Conselho Fiscal; 9.º) — finalmente, que fica a diretoria autorizada a praticar todos os atos necessários à completa legalização da Sociedade e ao seu funcionamento, fazendo para isso, todas as despesas precisas, reconhecidas na

Casa Civil / PR / Imprensa Nacional

Esta reprodução do Diário Oficial e/ou Diário da Justiça
e/ou Coleção das Leis da República Federativa do Brasil
conferir com o original.

Biblioteca Nacional de Leis, 25/7 /2002

Carlos Alberto Magalhães 442235

efetuadas com a incorporação da Sociedade. — Em seguida me foram apresentados os documentos seguintes: — "Ao Banco do Brasil S.A. — José Alfredo de Almeida e José Andrade de Sousa, na qualidade de fundadores (incorporadores) da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em cumprimento ao disposto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 5.956, de 1.º de novembro de 1943, depositam ao Banco do Brasil S.A. a importância de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) — proveniente de 20% (vinte por cento) que receberam dos subscritores do seu capital social subscrito de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para os fins previstos no parágrafo 2.º do referido artigo, cuja relação e cópia respectivas se fornece abaixo: José Alfredo de Almeida, residente na Rua Bahia n.º 381 — Cr\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil cruzeiros); Doutor José da Cunha Júnior, residente na Rua Novo Horizonte, 311 — Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros); José Andrade de Sousa, residente à Rua Palsandú número 73, apartamento 16, Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros); Amador Aguiar, residente à Rua Baía n.º 381, Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros); Carlos Murano, residente à Avenida Rodrigues Alves número 593, Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Antônio Calandriello, residente à Praça Marechal Deodoro n.º 146, apartamento 2.º 7, Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Mário Murano, residente à Avenida Aclimação número 809, Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros); Horácio José Guerra, residente à Rua Salvador Correia número 166, Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros); e Décio Calvo de Abreu, residente à Praça Marechal Deodoro n.º 166, apartamento 1, Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros). A importância ora depositada só poderá ser levantada após a publicação do decreto que autorizar o funcionamento da Sociedade, mediante prévia autorização do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização. — São Paulo, 3 de setembro de 1945. — Incorporadores: — José Alfredo de Almeida. — José Andrade de Sousa. — Recebemos dos Srs. José Alfredo de Almeida e José Andrade de Sousa, incorporadores da Porto Seguro — Companhia de Seguros Gerais, valor do cheque visado n.º 977.870 — Série II, a cargo do Banco Brasileiro de Descontos S. A., nos termos da presente declaração. — Selada com uma estampilha federal de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) e taxa de Educação de Cr\$ 0,40 (quarenta centavos) assim inutilizadas: São Paulo, 4 de setembro de 1945. — Cesar Caribé da Rocha, Chefe de Serviço. — Carimbo do Banco do Brasil em vermelho. — Recebi em cheque um (1) visado (1)”. — Cartório do Tabelião Firmo — Rua da Quitanda n.º 86 — Telefone 3-3532 — Federal — Guia de selo de verba. O Sr. 4.º Tabelião de Notas, Sucessor desta Capital, morador à Rua da Quitanda número 86, vai pagar na repartição competente o imposto de selo proporcional devido sobre a quantia de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) valor da escritura de constituição da Porto Seguro — Companhia de Seguros Gerais, lavrada em suas notas, nesta data, no livro 496, as folhas 54 e seguintes. — São Paulo, 6 de setembro de 1945. — Pelo 4.º Tabelião, Walter Vilela de Oliveira. — Importância recolhida: Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros). — N.º 627.471 — Recebedoria Federal em São Paulo — Selo por verba — Exercício de 1945.

Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros). — No livro de receita a folha fica debitado o Tesoureiro pela quantia de oito mil cruzeiros recebida do Sr. Quarto Tabelião proveniente de uma guia, conforme a verba número 25. — São Paulo, 6 de setembro de 1945. — Ajudante de Tesoureiro (assinatura ilegível). — Funcionário (assinatura ilegível). — Na frente da guia n.º 25 — Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros). Pagou oito mil cruzeiros — Recebedoria Federal em São Paulo, 6 de setembro de 1945. — O Tesoureiro — O Escrivão do selo — assinaturas ilegíveis”. Pelos outorgantes e reciprocamente outorgados me foi dito que aceitam esta escritura em todos os seus termos. — De como assim o disseram, me pediram e lhes lavrei esta escritura hoje a mim distribuída a qual lhes li perante as testemunhas José Aluizio Pupo e Lázaro de Moura, brasileiros, solteiros, maiores, auxiliares de cartório, meus conhecidos e de tudo dou fé. Eu, Euclides Aureo de Castro, ajudante habilitado, a escrevi. E eu, Antônio A. Firmino da Silva, Tabelião Sucessor, a subcrevi. — Amador Aguiar. — José Alfredo de Almeida. — José Andrade de Sousa. — Carlos Murano. — Antônio Calandriello. — Mário Murano. — Horácio José Guerra. — Décio Calvo de Abreu. — Lázaro de Moura. — José Aluizio Pupo. (A presente escritura estava selada com cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) de emolumentos capital, devidamente inutilizadas na forma da lei. O selo federal devido pela presente escritura, foi pago por verba, conforme acima foi transcrito o respectivo talão recibo). Confere com o original constante do Processo n.º 318.781-45. Em 27 de novembro de 1945. — Stella Novais, Aux. Escr. X. Visto. — Em 27 de novembro de 1945. — Olando de Araújo Santos, Secretário Geral.

Estatutos da "Porto Seguro" — Companhia de Seguros Gerais

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1.º Sob a denominação de "Porto Seguro" — Companhia de Seguros Gerais, fica constituída uma sociedade anônima que se regerá pelos presentes Estatutos e pela legislação vigente.

Art. 2.º A Sociedade terá sua sede na cidade de São Paulo, Capital do Estado do mesmo nome, da República dos Estados Unidos do Brasil, podendo criar Agências, Sucursais e Filiais em qualquer localidade do País.

Art. 3.º A Sociedade tem por objeto a exploração das operações de seguros e resseguros dos ramos elementares, isto é, dos que têm por fim garantir perdas e danos ou responsabilidades provenientes de fogo, transporte, acidentes pessoais, responsabilidade civil, automóveis, roubo e outros eventos que possam ocorrer, afetando pessoas ou coisas, podendo exercer a administração de bens.

Art. 4.º O prazo de sua duração é de trinta (30) anos, a contar da data do decreto que autorizar o seu funcionamento e prorrogável por deliberação da assembleia geral, mediante aprovação do Governo.

CAPÍTULO II

CAPITAL

Art. 5.º O capital social é de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00). Esse capital será dividido em duas mil ações ordinárias, nominativas e de va-

lor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma e subscrito por cidadãos brasileiros. Dito capital será integralizado da maneira seguinte: — vinte por cento (20%) no ato da subscrição; cinquenta e cinco por cento (55%) dentro de trinta dias após a publicação do decreto que autorizar o funcionamento da Sociedade e os vinte e cinco por cento (25%) restantes dentro de dois anos da data acima referida, quando reclamadas pela Diretoria, ou quando e pela forma exigida pelo Governo.

Art. 6.º As ações não poderão pertencer senão a pessoas físicas de nacionalidade brasileira, observadas as restrições legais.

Parágrafo único. No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para a subscrição na proporção das ações que possuírem.

CAPÍTULO III

DIRETORIA

Art. 7.º A Diretoria é composta de três (3) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Superintendente, e eleita pela assembleia geral, entre os acionistas residentes no país, pelo prazo de seis (6) anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 8.º Como garantia de sua responsabilidade, cada diretor, efetivo ou provisório, caucionará vinte (20) ações da Sociedade, não podendo levantar a caução antes de deixar o cargo e de aprovadas as suas contas pela assembleia geral.

Parágrafo único. A investidura dos membros da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado no "Livro de Atas" das reuniões da Diretoria.

Art. 9.º Ao presidente será abonado um vencimento mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), ao vice-presidente um vencimento mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) e ao superintendente o vencimento mensal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Os diretores receberão ainda a gratificação a que se refere o art. 26, letra e.

Art. 10. Compete à Diretoria:

- praticar todos os atos de administração da Sociedade;
- resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais;
- deliberar sobre a criação ou extinção de Agências, Filiais ou representações da Sociedade no país, bem como sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas.

§ 1.º Os documentos relativos aos atos de atribuições da Diretoria que importem em obrigações para a Sociedade, serão assinados, por dois diretores, exceto as apólices de seguros, que serão assinadas por qualquer dos diretores.

§ 2.º A representação da Sociedade, perante a repartição fiscalizadora de suas operações, caberá a qualquer dos diretores.

§ 3.º As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio.

Art. 11. Ao diretor-presidente compete:

- convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- assinar juntamente com outro diretor as ações da Sociedade;
- instalar as assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, de acordo com as prescrições legais;

d) executar, dentro das suas atribuições, os presentes estatutos, as deliberações da Diretoria e as das assembleias gerais;

e) representar a Sociedade em juízo, ou fora dele, ativa ou passivamente, sem prejuízo do disposto no § 2.º do artigo anterior.

f) substituir o diretor-superintendente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, até trinta (30) dias, acumulando as funções.

Art. 12. Ao diretor vice-presidente compete:

a) tomar parte nas reuniões da Diretoria, para discutir e votar os assuntos que lhe sejam sujeitos;

b) substituir o diretor-presidente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, até 30 dias, acumulando as funções;

c) assinar com outro diretor as ações da Sociedade;

Art. 13. Ao diretor-superintendente cabe a gerência dos serviços da Sociedade, inclusive:

a) prover os cargos criados pela Diretoria, nomear e demitir os funcionários e representantes, fixando-lhes os vencimentos;

b) ter sob sua guarda os arquivos da Sociedade;

c) superintender a arrecadação da receita e ter sob a sua guarda e responsabilidade o numerário em caixa, valores e títulos da Sociedade;

d) assinar juntamente com outro diretor as ações da Sociedade;

e) substituir o diretor vice-presidente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, até trinta (30) dias, acumulando as funções.

Art. 14. No caso de vaga no cargo de diretor, os restantes nomearão um substituto, que servirá até a primeira assembleia geral, à qual caberá deliberar sobre o provimento efetivo, até a terminação do mandato.

Parágrafo único. No caso de impedimento de qualquer dos diretores por mais de trinta (30) dias, os restantes escolherão um substituto provisório.

CAPÍTULO IV

CONSELHO FISCAL

Art. 15. O conselho fiscal é composto de três membros efetivos e de igual número de suplentes, eleitos, anualmente, pela assembleia geral ordinária entre os acionistas ou não residentes no país, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição.

Art. 16. Os membros do conselho fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela assembleia geral que os elegeu.

Art. 17. Os suplentes substituirão os membros efetivos do conselho fiscal, por ordem de votação e, no caso de igualdade desta, o desempate será, sucessivamente, pela posse de maior número de ações ou pela idade mais elevada, salvo no caso de membro efetivo eleito pela minoria dissidente, o qual será substituído pelo respectivo suplente.

CAPÍTULO V

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 18. A assembleia geral ordinária reunir-se-á anualmente até o dia trinta e um (31) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela.


Parágrafo único. O presidente da assembleia convidará dois dos acionistas presentes para secretários da mesa, distribuindo os trabalhos entre eles.

Art. 19. As assembleias gerais extraordinárias reunir-se-ão todas as

Casa Civil / PR / Imprensa Nacional

*Esta reprodução do Diário Oficial e/ou Diário da Justiça
e/ou Coleção das Leis da República Federativa do Brasil
confere com o original.*

Biblioteca Machado de Assis, 25/7 / 2002


Carlos Alberto Raymundo, Diretor-Geral 442235

vêzes que forem legal e regularmente convocadas, constituindo-se a mesa pela forma prescrita no artigo anterior.

Art. 20. Os anúncios de primeira convocação das assembleias serão publicados pelo menos três vezes no jornal oficial da sede da Sociedade e em outro de grande circulação também da sede, com antecedência mínima de quinze (15) dias para as reuniões das assembleias ordinárias e de oito (8) para as extraordinárias.

Parágrafo único. As demais convocações das assembleias gerais processar-se-ão pela forma prevista neste artigo, com a antecedência de cinco (5) dias.

Art. 21. Uma vez convocada a assembleia geral ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a assembleia ou fique sem efeito a convocação.

Art. 22. As deliberações das assembleias serão sempre tomadas por maioria absoluta de votos.

Parágrafo único. A cada ação corresponde um voto.

Art. 23. Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação.

Art. 24. Os acionistas poderão fazer-se representar nas reuniões das assembleias gerais por mandatários que sejam acionistas e que não pertençam a órgãos da administração ou do conselho fiscal.

Art. 25. Para que possam comparecer às assembleias gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão entrega dos respectivos documentos comprobatórios, na sede da Sociedade, até a véspera das reuniões.

CAPÍTULO VI

LUCROS

Art. 26. Os lucros líquidos que se verificarem anualmente, depois de deduzidas as reservas exigidas pela legislação de seguros e de formação independente de lucro, serão distribuídos pela seguinte forma:

a) cinco por cento (5%) para constituição do fundo de reserva legal, destinado a garantir a integridade do capital até que o mesmo atinja vinte por cento (20%) daquele capital;

b) o exigido em lei para constituição do fundo de garantia de retensões;

c) o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, por determinação da assembleia geral, mediante proposta da Diretoria, ouvido o conselho fiscal;

d) dois por cento (2%) para o fundo de resgate das partes beneficiárias;

e) vinte e um por cento (21%) para serem distribuídos aos diretores efetivos, em partes iguais, não lhes cabendo, porém, percentagem alguma sempre que se não distribua aos acionistas um dividendo de, pelo menos, seis por cento (6%) ao ano;

f) quinze por cento (15%) para reserva de previdência destinada a suprir possíveis deficiências das reservas exigidas pela legislação de seguros;

g) cinco por cento (5%) para a reserva suplementar destinada a atenuar

der a eventuais prejuízos e amortizar verbas do ativo;

h) oito por cento (8%) para atribuição às partes beneficiárias de que trata o art. 27 e sua consequente distribuição aos respectivos possuidores;

i) quinze por cento (15%) para serem distribuídos aos empregados, a juízo da Diretoria, não sendo, porém, distribuída percentagem alguma sempre que se não distribua aos acionistas um dividendo de, pelo menos, seis por cento (6%) ao ano;

j) o restante será levado ao Fundo de Bonificação aos acionistas, a ser distribuído conforme deliberar a assembleia geral.

Parágrafo único. Reverterão a favor da Sociedade e serão levados ao crédito da conta de Lucros e as os dividendos prescritos na forma da lei.

CAPÍTULO VII

PARTES BENEFICIÁRIAS

Art. 27. A Sociedade emitirá dentro de sessenta (60) dias após estar funcionando legalmente, seis (6) partes beneficiárias, representadas por títulos nominativos, que serão entregues, independente de pagamento, às pessoas designadas no art. 31 destes estatutos como remuneração dos serviços prestados à Sociedade.

Art. 28. Transcorridos dez (10) anos do início do funcionamento da sociedade, serão resgatadas as partes beneficiárias.

Parágrafo único. O valor do resgate de cada parte beneficiária será o quociente da divisão do fundo de resgate das partes beneficiárias pelo número delas.

Art. 29. As partes beneficiárias serão títulos nominativos e não poderão ser transferidas senão a pessoas físicas de nacionalidade brasileira.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. O exercício financeiro da Sociedade compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 31. Na conformidade do disposto no art. 27 destes estatutos duas das partes beneficiárias serão entregues ao Sr. José Alfredo de Almeida, duas ao Sr. Dr. José da Cunha Júnior e duas ao Sr. José Andrade de Sousa, incorporadores da Sociedade.

Art. 32. A primeira Diretoria terminará o seu mandato com a assembleia geral ordinária a realizar-se no ano de 1951 e o primeiro conselho fiscal com a assembleia geral ordinária a realizar-se em 1946.

São Paulo, 27 de agosto de 1945. — José Alfredo de Almeida. — José da Cunha Júnior. — José Andrade de Sousa. — Amador Aguiar. — Carlos Murano. — Antônio Calandriello. — Mario Murano. — Horácio José Guerra. — Décio Calvo de Abreu.

O original acha-se com as firmas devidamente reconhecidas.

São Paulo, 12-9-45. — José Alfredo de Almeida. — J. Andrade de Sousa.

Confere com o original constante do processo n.º 318.781-45.

Em 27-11-45. — Stella Novaes, A.N. Esc. ref. X.

Visto: Em 27 de novembro de 1945. — Otávio de Araújo Santos, Secretário Geral.

Lista de Subscrição do Capital de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) dividido em duas mil (2.000) ações, comuns, nominativas, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma da "Pórtio Seguro" — Companhia de Seguros Gerais.

Data — Nome do acionista — Nacionalidade — Estado civil — Profissão — Residência — Lugar — Prova de identidade	Valor nominal de cada ação	Número de ações subscritas	Total das entradas
	Cr\$		Cr\$
27 de agosto de 1945 — José Alfredo de Almeida, brasileira, casado, comércio, S. Paulo, Rua Bahia, 381, S. Paulo, certidão de nascimento	1.000,00	500	100.000,00
27 de agosto de 1945 — José da Cunha Júnior, brasileira, casado, banqueiro, Rua Novo Horizonte, 311, S. Paulo, certidão de casamento	1.000,00	500	100.000,00
27 de agosto de 1945 — José Andrade de Sousa, brasileira, casado, comércio, Rua Paissandu, 73, ap. 16, S. Paulo, certidão de nascimento	1.000,00	100	20.000,00
27 de agosto de 1945 — Amador Aguiar, brasileira, casado, banqueiro, Rua Bahia, 381, S. Paulo, certidão de nascimento	1.000,00	500	100.000,00
28 de agosto de 1945 — Carlos Murano, brasileira, casado, comerciante, Avenida Rodrigues Alves, 593, S. Paulo, carteira de identidade	1.000,00	50	10.000,00
29 de agosto de 1945 — Antônio Calandriello, brasileira, casado, funcionário público, Praça Marechal Deodoro, 148, S. Paulo, certidão de casamento	1.000,00	50	10.000,00
29 de agosto de 1945 — Mário Murano, brasileira, casado, comerciante, Avenida Aclimação, 809, São Paulo, carteira de identidade	1.000,00	20	4.000,00
30 de agosto de 1945 — Horácio José Guerra, brasileira, casado, funcionário público, Rua Salvador Correia, 166, S. Paulo, certidão de casamento	1.000,00	10	2.000,00
31 de agosto de 1945 — Décio Calvo de Abreu, brasileira, casado, comerciante, Praça Mal. Deodoro, 166, apt. 2, São Paulo, certidão de casamento	1.000,00	10	2.000,00
31 de agosto de 1945 — José Alfredo de Almeida, brasileira, casado, comércio, Rua Bahia, 381, São Paulo, certidão de nascimento	1.000,00	260	52.000,00
Soma total		2.000	400.000,00

Importa a presente subscrição em (dois milhões de cruzeiros) Cr\$ 2.000.000,00.

São Paulo, 12 de setembro de 1945. — José Alfredo de Almeida. — J. Andrade de Sousa.

Confere com o original constante do processo n.º 318.781-45.

Em 27 de novembro de 1945. — Stella Novaes, Aux. Esc. X.

Visto — Em 25 de novembro de 1945. — Otávio de Araújo Leite, Secretário Geral.

(N.º 14.195 — 7-12-45 — Cr\$ 1.570,80).

DECRETO N.º 20.145 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Renova o Decreto n.º 12.973, de 21 de julho de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.935, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Telésforo Onofre de Mendonça, em renovação à autorização que lhe foi conferida pelo Decreto doze mil novecentos e setenta e três (12.973), de vinte e um (21) de julho de mil novecentos e quarenta e três (1943), a

pesquisar cassiterita e associados nos lugares denominados Lagôa e Pratinha, distrito de Santa Rita do Rio Aratu, município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e três hectares, setenta e sete (43.775) ares e cinquenta centiares (43.775 ha), delimitada por um quadrilátero irregular que tem um vértice à distância de trezentos e trinta metros (330 metros), no rumo setenta e seis graus noroeste (76° NW), da torre da capela de Nossa Senhora da Pratinha, e os lados, a partir do referido vértice, com os seguintes comprimentos e rumos: oitocentos e cinquenta metros (850 m), de vinte e um (21) graus sudeste (71° SE); novecentos e quarenta e três (943), a

Casa Civil / PR / Imprensa Nacional

*Esta reprodução do Diário Oficial e/ou Diário da Justiça
e/ou Coleção das Leis da República Federativa do Brasil
confere com o original.*

Biblioteca Machado de Assis, 25/7/2002

Carlos Alberto Raymundo dos Santos Matr. 442235